Anúncio n.º 6847-JE/2007

O juiz de direito, Dr. António Antunes Gaspar, do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Santarém, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 24/01.0PTSTR, pendente neste Tribunal contra o arguido Sérgio Manuel de Sousa Santos, filho de Vítor Manuel dos Santos e de Orlanda da Anunciação de Sousa Santos, natural de Vouzela, de nacionalidade portuguesa, nascido em 22 de Novembro de 1976, solteiro, titular da identificação fiscal n.º 210914777 e do bilhete de identidade n.º 11395339, com domicílio na Rua Colégio Militar, 11, 3.º, direito, 2000 Santarém, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução de veículo em estado de embriaguez, previsto e punido pelo artigo 292.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 28 de Fevereiro de 2001, foi o mesmo declarado contumaz, em 24 de Julho de 2007, nos termos dos artigos 335.º, n.º 1, 336.º, n.ºs 1 e 2, e 337.º, n.ºs 1 e 3, do Código de Processo Penal, com os seguintes efeitos: a suspensão dos ulteriores termos do processo até que se apresente ou seja detido, sem prejuízo da prática de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a passagem imediata de mandados de detenção a fim de ser sujeito a termo de identidade e residência, nos termos do artigo 196.º do Código de Processo Penal, neste Tribunal ou em qualquer posto policial, não podendo a detenção exceder 24 horas e devendo ser imediatamente restituído à liberdade depois de prestado o termo, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial que venha a celebrar e a proibição de obter ou renovar bilhete de identidade, carta de condução e passaporte, e, ainda, esta declaração caduca quando se apresentar em juízo ou for detido.

6 de Setembro de 2007. — O Juiz de Direito, *António Antunes Gaspar*. — A Escrivã-Adjunta, *Madalena Sousa*.

Anúncio n.º 6847-UF/2007

O juiz de direito, Dr. António Antunes Gaspar, do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Santarém, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 13/06.9PTSTR, pendente neste Tribunal contra o arguido Pablo Gonzalez Flora, filho de Luís Marcelino e de Maria Jesus, natural de Espanha, de nacionalidade espanhola, nascido em 19 de Fevereiro de 1987, solteiro, com profissão desconhecida ou sem profissão, titular do passaporte n.º Y653712, com domicílio na C. Campo Lenã, 1500 Corunha, Espanha, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º n.ºs 1 e 2, do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 20 de Janeiro de 2006, foi o mesmo declarado contumaz, em 12 de Setembro de 2007, nos termos dos artigos 335.º, n.º 1, 336.º, n.ºs 1 e 2, e 337.º, n.ºs 1 e 3, do Código de Processo Penal, com os seguintes efeitos: a suspensão dos ulteriores termos do processo até que se apresente ou seja detido, sem prejuízo da prática de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a passagem imediata de mandados de detenção a fim de ser sujeito a termo de identidade e residência, nos termos do artigo 196.º do Código de Processo Penal, neste Tribunal ou em qualquer posto policial, não podendo a detenção exceder 24 horas e devendo ser imediatamente restituído à liberdade depois de prestado o termo, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial que venha a celebrar e a proibição de obter ou renovar bilhete de identidade, carta de condução e passaporte, e, ainda, esta declaração caduca quando se apresentar em juízo ou for detido.

17 de Setembro de 2007. — O Juiz de Direito, *António Antunes Gaspar*. — A Escrivã-Adjunta, *Madalena Sousa*.

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTIAGO DO CACÉM**Anúncio n.º 6847-UG/2007**

A juíza de direito, Dr.ª Maria João Barata dos Santos, do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Santiago do Cacém, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 26/05.8GCSTC, pendente neste Tribunal contra o arguido Guilherme Durei Hoogenberg, filho de Alex Hoogenberg e de Judite Durei, natural de Beja, de nacionalidade portuguesa, nascido em 12 de Novembro de 1987, solteiro, com domicílio na Monte Vale Ruivo Pequeno, 7555 Cercal do Alentejo, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilita-

ção legal, previsto e punido pelo artigo 292.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 3 de Julho de 2005, um crime de furto simples, previsto e punido pelo artigo 203.º do Código Penal, praticado 3 de Julho de 2005, de desobediência, previsto e punido pelo artigo 348.º do Código Penal, praticado em 3 de Julho de 2005, foi o mesmo declarado contumaz, em 12 de Setembro de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

13 de Setembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Maria João Barata dos Santos*. — A Escrivã-Adjunta, *Teresa José*.

1.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTO TIRSO**Anúncio n.º 6847-UH/2007**

O juiz de direito, Dr. Miguel Aranda Monteiro, do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Santo Tirso, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 581/06.5GBSTS, pendente neste Tribunal contra o arguido Victor Manuel Moreira da Fonseca, filho de Isabel Moreira Fonseca, de nacionalidade portuguesa, nascido em 5 de Fevereiro de 1961, solteiro, com a profissão de soldador, titular do bilhete de identidade n.º 1733434, com domicílio na Avenida São Rosendo, 32, 2.º, esquerdo, 4780 Santo Tirso, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto de uso de veículo, previsto e punido pelo artigo 208.º do Código Penal, praticado em 8 de Novembro de 2006, um crime de furto simples, previsto e punido pelo artigo 203.º do Código Penal, praticado em 8 de Novembro de 2006, um crime de subtração de documento e notação técnica, previsto e punido pelo artigo 259.º do Código Penal, praticado em 11 de Novembro de 2006, foi o mesmo declarado contumaz, em 5 de Setembro de 2007, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

6 de Setembro de 2007. — O Juiz de Direito, *Miguel Aranda Monteiro*. — O Escrivão-Adjunto, *Joaquim Rodrigues*.

Anúncio n.º 6847-UI/2007

O juiz de direito, Dr. Miguel Aranda Monteiro, do 1.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Santo Tirso, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 4212/04.0TBSTS, pendente neste Tribunal contra o arguido Mário Luís Duarte Gomes Andrade, filho de Manuel António Gomes Andrade e de Maria de Lurdes Duarte Andrade, natural de Santo Tirso, de nacionalidade portuguesa, nascido em 3 de Junho de 1979, casado, titular do bilhete de identidade n.º 11489416, com domicílio no lugar de Soutelinhos, São Pedro da Raimonda, 4590 Paços de Ferreira, por se encontrar acusado da prática de dois crimes de furto qualificado, previsto e punido pelos artigos 203.º, e 204.º, n.º 1, alínea f), do Código Penal, praticado em 28 de Fevereiro de 2002, por despacho de 5 de Setembro de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação em juízo.

7 de Setembro de 2007. — O Juiz de Direito, *Miguel Aranda Monteiro*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Emília Monteiro*.